

Negociadores querem respaldo político

por Cláudia Safatle
de Brasília

rando déficits orçamentários de US\$ 200 bilhões.

PARÂMETROS

"Negociação da dívida externa faz-se na mesa, com os banqueiros credores, e não através de discursos." Com esta frase, uma importante autoridade da área econômica do governo delimitou em entrevista a este jornal o campo de atuação política mediante uma "reação" conjunta dos países devedores — e econômica — que prosseguirá sendo comandada pelos ministros Delfim Netto, do Planejamento, Ernane Galvêas, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore.

Toda a articulação que vem sendo montada pelos países endividados da América Latina e América Central e desembocará na reunião dos dias 14 e 15 próximos, em local a ser determinado (já que a Colômbia não poderá sediar o encontro — ver matéria ao lado), tem um objetivo bastante forte: "dar apoio político às negociações econômicas", mediante uma ação conjunta que pretende produzir uma "formação de consciência" do governo norte-americano, para que ele perceba que os graves problemas que sua política fiscal e monetária — com consequente elevação dos juros — "são tão ou mais importantes que sua política de defesa", que vem ge-

Nesse contexto, o governo brasileiro não pretende que a reunião dos devedores crie um documento que já estabeleça em que condições os países endividados desejam renegociar suas dívidas. Segundo a fonte, que deverá participar desse encontro, "aceitamos uma declaração genérica, do tipo 'consulta aos interesses nacionais para a ampliação dos prazos e redução das taxas de juros'". Mais que isso, o governo brasileiro não levará à reunião nenhuma proposta concreta de parâmetros de renegociação.

Portanto, fica transparente a dupla estratégia: para reduzir os juros internacionais, provocados por uma política monetária e fiscal norte-americana, os governos dos países devedores desenvolverão uma atuação conjunta, criando um fato político que desperte os Estados Unidos. Tendo esse respaldo, os ministros da área econômica brasileiros começam, no segundo semestre, a renegociação junto ao sistema financeiro internacional — responsável por 70% da dívida externa — em busca de maiores prazos, menores "spreads" e comissões mais baixas.

Ontem mesmo o ministro da Fazenda, Ernane Gal-

vêas, esclareceu que a alternativa de reescalonar a dívida por dez anos com cinco anos de carência não representa a proposta brasileira e nada nesse sentido será levado pelo País à reunião.

Essas condições são "razoáveis", dentro das práticas do mercado e, portanto, seriam aceitas pelo governo, como observou a autoridade econômica, para quem o governo brasileiro tem muito claro que deve perseguir a "negociação, e não a confrontação". Para ele, o Brasil jamais tentará impor "uma regra unilateral". Deseja, isto sim, "uma negociação voluntá-

ria e apostamos no retorno do sistema financeiro internacional, que, num futuro próximo, voltará a operar normalmente com o Brasil".

Tal cautela orientou, inclusive, a confecção da nota conjunta divulgada no último fim de semana pelos presidentes do Brasil, da Colômbia, do México e da Argentina. Esta nota foi submetida ao ministro Galvêas, que informou o texto ao ministro Delfim Netto, que já se encontrava no exterior, e seu tom "prudente, apropriado e oportuno" foi aprovado, como uma articulação que deverá atacar o problema na sua ori-

gem: um protesto contra os juros altos.

"Já colocamos por diversas vezes ao Volcker (Paul Volcker, secretário do Tesouro norte-americano) que o governo dos EUA tem de reduzir suas despesas e aumentar os impostos. Mas ele nos responde que sua função não é a de criar déficit, mas de financiá-lo." Segundo explicou a fonte, enquanto o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos hoje soma US\$ 3,5 trilhões, a formação de poupança situa-se apenas na faixa dos US\$ 300 bilhões e o governo norte-americano disputa com US\$ 200 bilhões esse mercado. É óbvio que a continuar essa política os juros prosseguirão altos e há indicações, fornecidas à fonte por um analista de um grande banco estrangeiro, que a "prime rate" poderá atingir a casa dos 15%. "Se a inflação norte-americana é de 4%, não há razão para os juros serem de 12,5% nem para o terrorismo dos 15%."

É contra tudo isso que os governos latino-americanos se articulam para, como enfatizou a autoridade brasileira, "formar uma consciência dos males que os EUA estão causando aos países endividados do Terceiro Mundo e mesmo aos industrializados". Afinal, argumenta, para um empresário norte-americano uma taxa de 12,5% repre-

senta um juro real de no máximo 3%, enquanto para o Brasil uma taxa nominal desse porte significa "um enorme peso na dívida externa, uma substancial redução nas possibilidades de ajustar o balanço de pagamentos, fuga dos investimentos estrangeiros, queda dos preços das commodities e transferência de renda para o exterior". Calcula-se que apenas com o pagamento adicional de juros e queda das cotações dos produtos primários o Brasil perdeu, nos últimos cinco anos, US\$ 30 bilhões. A isso se somam ainda prejuízos decorrentes de políticas protecionistas.

"Ora, se nós aumentamos os nossos impostos, controlamos os salários, bloqueamos totalmente os investimentos públicos e cortamos os subsídios, por que o governo norte-americano não pode fazê-lo?", indagou a autoridade econômica oficial, para quem "a alta dos juros internacionais está solapando todo esse esforço de ajustamento da economia brasileira", lamentou, acrescentando ainda que o governo brasileiro espera que a reunião dos chanceleres e ministros das Finanças dos países devedores, no mês que vem, "fortaleça a posição política dos países latino-americanos em relação a esses dois problemas: juros e protecionismo".